

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME III

LVII
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO PAULISTA REFERENTE AO ENSINO NORMAL (1890-1961) (*).

NILCE APARECIDA LODI

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São
José do Rio Preto (SP).

No Brasil, como nos demais países de origem colonial, tenta-se impor o modelo pedagógico pela lei e ele se concretiza quando as correntes renovadoras possuem poder político para dominar os corpos legislativos. Projetos de organização do novo sistema educacional e Projetos de reforma da instrução vigente pretendem equiparar às modernas diretrizes e às instituições européias ou norte-americanas as criações e formulações pedagógicas nacionais.

As regulamentações irradiadas das altas esferas administrativas funcionam como promotoras das iniciativas ou inibidoras das ações indesejáveis. As tendências vitoriosas estabelecerão sua orientação pedagógica na medida mesma de sua vitória como ordem social dominante. Através da aplicação das diretrizes legais sobre a educação, pretendem: a). — estimular o desenvolvimento cultural do país mediante a organização da rede de ensino; b). — propiciar a elevação do nível intelectual, social e econômico ao “nível do século”; c). — fixar modelos que a experiência humana fornece e demonstra desejáveis; d). — concretizar as idéias em instituições estruturando o sistema de educação; e). — definir os órgãos encarregados de criar, manter, orientar e fiscalizar toda a obra educacional; f). — especificar funções, diretrizes e deveres dos diversos grupos sociais implicados neste trabalho.

A importância, o significado e o alcance das instituições de ensino reservadas à formação de professores mantem-se, historicamente, seja qual for a complexidade e diversidade dos sistemas escolares.

(*) — Comunicação apresentada na 8.^a sessão de estudos, Equipe D-1, no dia 7 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

Quem quer que se dedique aos estudos de educação no Brasil e conheça como, entre nós, costumam ser propostos e resolvidos os problemas desta natureza, não pode deixar de reconhecer a utilidade de reduzir a índices a legislação promulgada sobre o assunto. Com a finalidade de indicar as matérias relativas ao ensino normal, de 1890 a 1961, e tomando como fonte a Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, publicada pela Imprensa Oficial, restringi tanto quanto possível os extratos das disposições legais, apresentando-os na ordem cronológica.

ÍNDICE CRONOLÓGICO.

- 1890 — Decreto n.º 27, de 12.3.1890, C.L.D. tomo I, 1938, p. 30
Reformando a Escola Normal e criando Escolas Modelos.
- Resolução n.º 67, de 18.7.1890. C.L.D. tomo I, 1938, p. 97-113
Regulamento da Escola Normal.
- 1892 — Lei n.º 88, de 8.9.1892. C.L.D. tomo I, 1940, p. 63-64
Reforma a Instrução Pública do Estado.
- Decreto n.º 144-A, de 30.12.1892. C.L.D. tomo II, 1940, p. 266.
Reforma a Secretaria da Instrução Pública.
- Decreto n.º 144-B, de 30.12.1892 C.L.D. tomo II, 1940, p. 267
Aprova o Regulamento da Instrução Pública.
- 1893 — Lei n.º 169, de 7.8.1893 C.L.D. tomo III, 1893, p. 34-41
Adita diversas disposições à lei n.º 88, de 8.9.1892.
- Decreto n.º 218, de 27.11.1893 C.L.D. tomo III, 1893, p. 176-190
Aprova o Regulamento da Instrução Pública para execução das leis n.º 88, de 8.9.1892 e 169, de 7.8.1893.
- 1894 — Lei n.º 295, de 19.7.1894 C.L.D. tomo IV, 1894, p. 27
Modifica as leis n.º 88, de 8.9.1892 e 169, de 7.8.1893 e seus regulamentos.
- Decreto n.º 248, de 26.7.1894 C.L.D. tomo IV, 1894, p. 171
Aprova o Regimetro Interno das escolas públicas.

- Decreto n.º 247, de 23.7.1894 C.L.D. tomo IV, 1894, p. 128
Manda por em execução o Regimento Interno para o curso secundário da Escola Normal da Capital.
- 1895 — Decreto n.º 301, de 31.8.1895 C.L.D. tomo V, 1895, p. 59
Autoriza os professores públicos a usarem de um anel distintivo.
- Lei n.º 374, de 31.9.1895 C.L.D. tomo V, 1895, p. 63
Providencia sobre o ensino das matérias do Curso das Escolas Complementares, dos Ginásios, das Escolas Normais, sobre outros assuntos relativos, e cria, como uma secção da Diretoria Geral de Instrução Pública, um almoxarifado, marcando-lhe o pessoal e vencimentos.
- 1896 — Decreto n.º 363, de 18.6.1896 C.L.D. tomo VI, 1896, p. 286
Altera o artigo 4.º do Decreto N.º 247, de 23.7.1894 que dispõe do Curso Secundário da Escola Normal da Capital — secção masculina e feminina.
- Decreto n.º 371, de 27.6.1896 C.L.D. tomo VI, 1896, p. 292
Suprime a cadeira de Economia Política e Educação Cívica da Escola Normal da Capital e reúne o ensino de Educação Cívica à Cadeira de Pedagogia.
- Decreto n.º 397, de 9.10.1896 C.L.D. tomo VI, 1896, p. 446
Aprova o Regulamento da Escola Normal da Capital e Escola Modelo anexa.
- Decreto n.º 400, de 6 de novembro de 1896 C.L.D. tomo VI, p. 486
Aprova o Regimento Interno das Escolas Complementares do Estado.
- Lei n.º 489, de 29.12.1896 C.L.D. tomo VI, 1896, p. 110
Torna obrigatório o ensino da língua nacional nos estabelecimentos particulares de instrução pública.
- 1897 — Lei n.º 520, de 6.8.1897 C.L.D. tomo VII, 1949, p. 20
Suprime o Conselho Superior de Instrução Pública e dá outras providências.

- 1898 — Decreto n.º 518, de 11.1.1898 C.L.D. tomo VIII, 1899, p. 6-29
Aprova e manda observar o Regulamento para execução da Lei n.º 520, de 26.8.1897
- Decreto n.º 606, de 20.10.1898 C.L.D. tomo VIII, 1899, p. 105
Uniformisa o período de férias gerais ou de verão das Escolas Complementares, Escola Modelo e Grupos Escolares do Estado.
- 1899 — Decreto n.º 651, de 29.3.1899 C.L.D., tomo IX, 1900, p. 17
Declara que compete ao Auxiliar do Diretor da Escola Normal da Capital, criado pelo artigo 8.º, da Lei n.º 520, de 6.8.1897, a inspeção das Escolas Modelos Preliminar e Complementar anexa àquela, tanto na seção masculina como na feminina e suprime o cargo a que se refere o artigo 7.º da Lei n.º 374, de 3.9.1895.
- 1900 — Decreto n.º 739, de 16.2.1900 C.L.D. tomo X 1901, p. 38
Dispõe sobre prática de ensino e expedição de diplomas de habilitação para o magistério a alunos de Escolas Complementares do Estado.
- 1901 — Decreto n.º 901, de 24.5.1901 C.L.D. tomo XI, 1902, p. 40.
Altera as disposições do Regimento Interno das Escolas Complementares do Estado, regulativas do número de faltas que determinam a perda de ano dos respectivos alunos.
- 1902 — Decreto n.º 1015, de 19.3.1902 C.L.D., tomo XII, 1903, p. 50
Reforma o Regulamento da Escola Normal da Capital, que baixou com o Decreto n.º 397, de 9.10.1896.
- Lei n.º 861, de 12.12.1902 C.L.D., tomo XII, 1903, p. 32
Dispõe sobre as matrículas nas Escolas Complementares; transfere o curso complementar da Escola “Prudente de Moraes” para a cidade de Guaratinguetá; cria uma Escola Complementar na cidade de Campinas e dá outras providências.
- 1903 — Lei n.º 880, de 6.10.1903 C.L.D., tomo XIII, 1904, p. 19
Equipara aos normalistas os alunos da antiga Escola Normal extinta em 1878.

- 1904 — Decreto n.º 1216, de 27.4.1904 C.L.D., tomo XIV, 1905, p. 41
Aprova e manda observar o Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Modelos.
- Decreto n.º 1217, de 29.4.1904 C.L.D., tomo XIV, 1905, p. 58
Aprova e manda observar os programas de ensino para os grupos escolares e Escolas Modelo.
- Lei n.º 907, de 4.7.1904 C.L.D., tomo XIV, 1905, p. 7
Suprime algumas cadeiras na Escola Normal e providencia sobre o provimento em relação a outras.
- Lei n.º 930, de 13.8.1904 C.L.D., tomo XIV, 1905, p. 28.
Modifica várias disposições das leis em vigor sobre Instrução Pública do Estado.
- Decreto n.º 1239, de 30.9.1904 C.L.D., tomo XIV, 1905, p. 104
Dá Regulamento para a execução da Lei n.º 930, de 13.8.1904, que modificou várias disposições das leis em vigor sobre Instrução Pública.
- Decreto n.º 1252, de 17.11.1904 C.L.D., tomo XIV, 1905, p. 153
Estabelece disposições para a execução da Lei n.º 907, de 4.7.1904, que suprime algumas cadeiras na Escola Normal.
- 1905 — Decreto n.º 1259, de 9.1.1905 C.L.D., tomo XV, 1906, p. 6
Dá instruções para execução do artigo 2.º, § único da Lei n.º 861, de 12.12.1902, sobre prática de ensino de alunos diplomados pelas Escolas Complementares.
- Decreto n.º 1281, de 24.4.1905 C.L.D., tomo XV, 1906, p. 57
Aprova e manda observar o programa de ensino para as Escolas Modelo e Grupos Escolares.
- Lei n.º 966, de 23.11.1905 C.L.D., tomo XV, 1906, p. 29
Autoriza o Governo a conceder exame vago aos alunos da Escola Normal que não obtiveram aprovação em Latim, Astronomia e Mecânica, Fisiologia e Higiene, em o ano letivo de 1904.
- 1906 — Lei n.º 1051, de 28.12.1906 C.L.D., tomo XVI, 1907, p. 93

Concede matrícula no 3.º ano da Escola Normal aos professores diplomados, e aos que vierem a se diplomar pelas Escolas Complementares.

- 1908 — Decreto n.º 1577, de 21.2.1908 C.L.D., tomo XVIII, 1909, p. 50
Cria uma Escola Modelo, que servirá de padrão às escolas isoladas, a qual ficará anexada à Escola Normal.
- Decreto n.º 1578, de 21.2.1908 C.L.D., tomo 1909, p. 51
Cria um Curso Suplementar na Escola Normal.
- Lei n.º 1230, de 18.9.1908 C.L.D., tomo XVIII, 1909, p. 12
Aprova os Decretos n.º 1577 e 1578, de 21.2.1908, do Governo do Estado de São Paulo.
- 1910 — Decreto n.º 1846, de 19.3.1910 C.L.D., tomo XX, 1911, p. 41
- Dá instruções para a prática de ensino de alunos diplomados pelas Escolas Complementares.
- Decreto n.º 1882, de 6.6.1910 C.L.D., tomo XX, 1911, p. 124
Dispõe sobre o início e encerramento dos trabalhos escolares da Escola Normal e escolas a ela anexas, Escolas Complementares, Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Isoladas e sobre matrículas a exames e férias nesses estabelecimentos.
- Decreto n.º 1883, de 6.6.1910 C.L.D., tomo XX, 1911, p. 125
Reorganiza a Inspeção Geral do Ensino.
- 1911 — Decreto n.º 2004, de 13.2.1911 C.L.D., tomo XXI, 1912, p. 115
Aprova o Regimento Interno das Escolas Modelos Isoladas, anexas à Escola Normal de São Paulo.
- Lei n.º 1998, de 4.2.1911 C.L.D., tomo XXI, 1912, p. 111
Dispõe sobre as escolas normais de Itapetininga e São Carlos.
- Decreto n.º 2025, de 29.3.1911 C.L.D., tomo XXI, 1912, p. 144
Converte as atuais Escolas Complementares do Estado em Escolas Normais Primárias e dá-lhes Regulamento.
- Decreto n.º 2060, de 6.6.1911 C.L.D., tomo XXI, 1912, p. 191

- Dispõe sobre férias das Escolas Normais de São Carlos, Pirassununga e Botucatu.
- Lei n.º 1308, de 30.12.1911 C.L.D., tomo XXI, 1912, p. 146.
Dispõe sobre o ensino nas Escolas Normais de Itapetininga e São Carlos e dá outras providências.
- 1912 — Lei n.º 1311, de 2.1.1912 C.L.D., tomo XXII, 1912, p. 187-201
Aprova o Regulamento das Escolas Normais Primárias.
- Decreto n.º 2225, de 16.4.1912 C.L.D., tomo XXII, 1913, p. 165-342
Manda observar a Consolidação das Leis, Decretos e Decisões sobre o ensino primário e as escolas normais.
- Lei n.º 1341, de 16.12.1912 C.L.D., tomo XXII, 1913, p. 26
Reforma as Escolas Normais Secundárias.
- 1913 — Decreto n.º 2367 C.L.D., tomo XXIII, 1937, p. 96-120
Aprova o Regulamento das Escolas Normais de curso secundário e escolas anexas.
- Decreto n.º 2389, de 9.6.1913 C.L.D., tomo XXIII, p. 162
Dispõe sobre férias na Escola Normal Primária de Casa Branca.
- 1914 — Lei n.º 1453, de 29.12.1914 C.L.D., tomo XXIV, p. 54
Introduz algumas modificações no Ginásio do Estado e nas Escolas Normais da Capital, Itapetininga e São Carlos.
- 1917 — Lei n.º 1579, de 18.12.1917 C.L.D., tomo XXVI, 1938, p. 44
Estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública do Estado.
- Lei n.º 1579, de 19.12.1917 C.L.D., tomo XXVI, 1938, p. 44
Estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública do Estado.
- 1918 — Decreto n.º 2944, de 8.8.1918 C.L.D., tomo XXVIII, 1938, p. 173
Aprova o Regulamento para a execução da Lei n.º 1579, de 19.12.1917, que estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública do Estado.

- 1919 — Lei n.º 1710, de 27.12.1919 C.L.D., tomo XXIV, 1938, p. 70
Dispõe sobre a organização e fiscalização do ensino.
- Lei n.º 1720, de 30.12.1919 C.L.D. tomo XXIV, 1938, p. 140
Eleva o número de inspetores escolares e dá outras providências.
- 1920 — Decreto n.º 3205, de 29.4.1920 C.L.D., tomo XXX, 1940, p. 88-96
Regulamento para execução da Lei n.º 1710, de 27.12.1919, que dispõe sobre a organização do ensino.
- Decreto n.º 3206, de 29.4.1920 C.L.D., tomo XXX, 1940, p. 96
Dá Regulamento para a execução da Lei n.º 1720, de 30.12.1919, que eleva o número de inspetores e dá outras providências.
- Lei n.º 1750, de 8.12.1920, C.L.D., tomo XXX, 1940, p. 35-45
Reforma a Instrução Pública do Estado.
- 1925 — Decreto n.º 3858, de 11.6.1925, C.L.D., tomo XXXV, 1934, p. 309
Reforma a Instrução Pública.
- Lei n.º 2095, de 24.12.1925, C.L.D., tomo XXXV, 1934, p. 32
Aprova o Decreto n.º 3858, de 11.6.1925, expedido pelo Poder Executivo, e que reformulou a Instrução Pública.
- 1926 — Decreto n.º 4101, de 14.12.1926, C.L.D., tomo XXXVI, p. 172-301
Regulamenta a Lei n.º 2095, de 24.12.1925, que, aprovando com modificações o Decreto n.º 3858, de 11.7.1925, Reforma a Instrução Pública do Estado.
- 1927 — Lei n.º 2269, de 31.12.1927, C.L.D., tomo XXXVII, p. 274-281
Reforma a Instrução Pública do Estado.
- 1928 — Lei n.º 2315, de 21.12.1928, C.L.D., tomo XXXVIII, 1965, p. 35-36
Altera disposições das leis sobre instrução pública.
- 1929 — Lei n.º 2393, de 23.12.1929, C.L.D., tomo XXXIV, p. 59
Estabelece várias medidas com relação à Instrução Pública do Estado.

- 1930 — Decreto n.º 4794, de 17.12.1930, C.L.D., tomo XL, 1937, p. 360
Estabelece novas condições para a equiparação das Escolas Normais Livres.
- 1931 — Decreto n.º 4888, de 12.2.1931, C.L.D., tomo XLI, 1941, p. 195-200.
Reorganiza o Ensino Normal e dá outras providências.
- Decreto n.º 4929, de 11.3.1931, C.L.D., tomo XLI, 1941, p. 284.
Converte a Escola Profissional “Carlos de Campos”, da Capital, em Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios.
- Decreto n.º 4982, de 20.4.1931, C.L.D., tomo XLI, 1941, p. 355.
Retifica o Decreto n.º 4929, de 11.3.1931.
- Decreto n.º 5036, de 23.5.1931, C.L.D., tomo XLI, 1941, p. 477.
Fica prorrogado, até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo a que se refere o artigo 9.º, parágrafo único do Decreto n.º 4794, de 17.12.1930, para que as Escolas Normais Livres atualmente sob o regime de fiscalização prévia, possam requerer a sua equiparação por decreto.
- Decreto n.º 5209, de 26.9.1931, C.L.D., tomo XLI, 1941, p. 326
Faculta aos diplomados pelos Ginásios do Estado a matrícula no 3.º ano das Escolas Normais Oficiais Livres.
- Decreto n.º 5303, de 24.12.1931, C.L.D., tomo XLI, 1941, p. 504.
O Instituto Pedagógico de São Paulo passa a denominar-se Instituto “Caetano de Campos”.
- 1932 — Decreto n.º 5407, de 4.3.1932, C.L.D., tomo XLII, 1954, p. 244.
Cria um curso complementar noturno anexo, ao Instituto “Caetano de Campos” e à Escola Normal Feminina, nesta Capital.
- Decreto n.º 5561, de 1.7.1932, C.L.D., tomo XLII, 1954, p. 470.
Aprova as Instruções para a matrícula nas Escolas Normais e Cursos Complementares anexos, baixadas pela Diretoria Geral do Ensino.

- Decreto n.º 5744, de 28.11.1932, C.L.D., tomo XLII 1954, p. 643.
Dispensa este ano, de provas de exames, os alunos do Instituto “Caetano de Campos”, Escolas Normais, Complementares, Normais de Artes e Ofícios Profissionais.

- 1933 — Decreto n.º 5801, de 16.1.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 19.
Modifica o regime de férias para os estabelecimentos de ensino primário, complementar, normal e profissional do Estado.

- Decreto n.º 5846, de 21.2.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 169.
Regula a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares transformando o Instituto “Caetano de Campos”, em Instituto de Educação, em nível universitário; reorganizando as escolas normais oficiais do Estado e estabelecendo providências para o ajustamento das escolas normais livres à nova organização.

- Decreto n.º 5884, de 21.4.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 278-450.
Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo.

- Decreto n.º 5885, de 21.4.1933, C.L.D., tomo XLII, 1939, p. 450.
Estabelece medidas de ajustamento à nova situação criada pelo Código de Educação e dá outras providências sobre o ensino.

- Decreto n.º 6019, de 10.8.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 721.
Determina que o Instituto de Educação passe a denominar-se Instituto “Caetano de Campos”.

- Decreto n.º 6047, de 19.8.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 744.
Instala uma Escola Normal Rural, em Piracicaba, e dá outras providências.

- Decreto n.º 6180, de 25.11.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 906.
Torna extensivos aos cursos fundamentais das Escolas Normais do Estado, oficiais e livres, bem como ao da Escola Secundária do Instituto “Caetano de Campos”, os favores do decreto federal n.º 23475, de 20.11.1933.

- Decreto n.º 6201, de 11.12.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 933.

- Estende às Escolas Normais Livres do Estado, o disposto no artigo 810 do Decreto n.º 5884, de 21 de abril do corrente ano.
- Decreto n.º 6225, de 18.12.1933, C.L.D., tomo XLIII, 1939, p. 953.
Susta a execução do Decreto n.º 6047, de 19.8.1933.
- 1934 — Decreto n.º 6283, de 25.1.1934, C.L.D., tomo XLIV, 1940, p. 22.
Cria a Universidade de São Paulo.
- Decreto n.º 6304, de 22.2.1934, C.L.D. tomo XLIV, 1940, p. 94.
Modifica, em parte, o Decreto n.º 5884, de 21.4.1933, que instituiu o Código de Educação, e dá outras providências.
- Decreto n.º 6324, de 28.2.1934, C.L.D., tomo XLIV, 1940, p. 138.
Prorroga o prazo para a realização do depósito a que são obrigadas as Escolas Normais Livres, sob fiscalização.
- Decreto n.º 6427, de 9.5.1934, C.L.D., tomo XLIV, 1940, p. 437.
- Estabelece medidas sobre as Escolas Normais Livres do Estado e dá outras providências.
- Decreto n.º 6430, de 9.5.1934, C.L.D., tomo XLIV, 1940, p. 472.
Organiza o curso complementar, criado pelo Decreto n.º 6283, de 25.1.1934, com a denominação de Colégio Universitário, e dá outras providências.
- Decreto n.º 6483, de 5.6.1934, C.L.D., tomo XLIV, 1940, p. 546.
Dispõe sobre as férias escolares.
- Decreto n.º 6515, de 27.6.1934, C.L.D., tomo XLIV, 1940, p. 574.
Modifica o Decreto n.º 6430, de 9.5. do corrente ano, que organizou o Colégio Universitário.
- Decreto n.º 6516, de 27.6.1934, C.L.D., tomo XLIV, 1940, p. 579.
Faculta a manutenção do curso fundamental, onde haja ginásios oficiais, as escolas normais mantidas por municipalidades.
- 1935 — Decreto 7067, de 6.4.1935, C.L.D., tomo XLV, 1940, p. 277.
Aprova o Regulamento do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo.

- Decreto n.º 7318, de 5.7.1935, C.L.D., tomo XLV, 1938, p. 94.
Modifica disposições sobre o ensino nas Escolas Normais oficiais: estabelece a inspeção especializada desses estabelecimentos e dos ginásios do Estado e dispõe sobre as Escolas Normais Particulares.
- Lei n.º 2489, de 20.12.1935, C.L.D., tomo XLV, 1939, p. 148.
Dispõe sobre matrícula na 2.^a série das segunda e terceira secções do Colégio Universitário.
- 1937 — Lei n.º 2894, de 14.1.1937, C.L.D., tomo XLVII, 1940, p. 158.
Dá várias providências relativas ao Instituto de Educação.
- Lei n.º 2989, de 11.6.1937, C.L.D., tomo XLVII, 1940, p. 35.
Abono até dez faltas aos alunos das escolas normais oficiais, para que possam prestar exames.
- Lei n.º 3018, de 7.7.1937, C.L.D., tomo XLVII, 1955, p. 13.
Estende aos alunos das Escolas Normais Livres as disposições da Lei n.º 2989, de 11.6.1937.
- 1938 — Decreto n.º 9103, de 13.4.1938, C.L.D., tomo XLVIII, 1938, p. 50.
Dispõe sobre o provimento do cargo de Diretor da Escola Normal Oficial, e da Cadeira de Educação das Escolas Normais Livres e estabelece condições para matrícula no curso de formação profissional das Escolas Normais.
- Decreto n.º 9108, de 13.4.1938, C.L.D., tomo XLVIII, 1938, p. 54.
Cria na Diretoria do Ensino, oito lugares de inspetores de ensino secundário e normal.
- Decreto n.º 9256, de 22.6.1938, C.L.D., tomo XLVIII, 1938, p. 334.
Cria nesta Capital, uma Escola Normal Modelo.
- Decreto n.º 9305, de 6.7.1938, C.L.D., tomo XLVIII, 1938, p. 33.
Revoga dispositivos de decretos e leis estaduais, que regulam a organização e funcionamento do Colégio Universitário, contrários às leis federais.
- Decreto n.º 9403, de 10.8.1938, C.L.D., tomo XLVIII, 1938, p. 195.
Dá providências complementares à extinção do Instituto de Educação.

- Decreto n.º 9582, de 3.10.1938, C.L.D., tomo XLVIII, 1939, p. 18.
Suprime cargo na Escola Normal Modelo desta Capital.
- Decreto n.º 9847, de 23.12.1938, C.L.D., tomo XLVIII, 1939, p. 488.
Resolve a situação dos alunos da 4.ª Secção do Colégio Universitário, em virtude da extinção do Instituto de Educação, e dá outras providências.
- 1939 — Decreto n.º 9937, de 18.1.1939, C.L.D., tomo XLIX, 1939, p. 715.
Suprime classe nos cursos pré-primário e primário da Escola Normal Modelo.
- Decreto n.º 9963, de 31.1.1939, C.L.D., tomo XLIX, 1939, p. 806.
Prorroga o prazo estabelecido no Decreto n.º 6427, referente ao regime de fiscalização estadual junto às escolas normais livres.
- Decreto n.º 10096, de 5.4.1939, C.L.D., tomo XLIX, 1939, p. 22.
Cria cargos no Curso Normal e na Escola Primária da Escola Normal Modelo, desta Capital.
- Decreto n.º 10164, de 4.5.1939, C.L.D., tomo XLIX, 1939, p. 177.
Prorroga o prazo estabelecido no Decreto n.º 9963, de 31.1.1939.
- Decreto n.º 10776, de 12.12.1939, C.L.D., tomo XLIX, 1940, p. 284.
Dá a denominação de “Escola Caetano de Campos” à Escola Normal Modelo da Capital.
- 1940 — Decreto n.º 10904, de 16.1.1940, C.L.D., tomo XLIX, 1940, p. 714.
Dispõe sobre as Escolas Normais Livres atualmente existentes no Estado: institui, para aperfeiçoamento de instalações, a taxa de ensino secundário para as Municipalidades e dá outras providências.
- Decreto n.º 11075, de 7.5.1940, C.L.D., tomo L, 1940, p. 151.
Autoriza a matrícula de professores pelas Escolas Normais do Estado, no 3.º ano do Curso Normal da Escola “Caetano de Campos”.
- Decreto n.º 11413, de 10.9.1940, C.L.D., tomo L, 1948, p. 201.
Cria e suprime cargo na Escola “Caetano de Campos”, nesta Capital.

- 1942 — Decreto n.º 12698, de 12.5.1942, C.L.D., tomo L, 1942, p. 55.
Dá a denominação de Ginásios aos cursos fundamentais das Escolas Normais mantidas pelo Estado e estabelece medidas de emergência para execução do Decreto-lei federal n.º 4244, de 9.4.1942.
- Decreto n.º 12801, de 13.7.1948, C.L.D., tomo LII, 1948, p. 67.
Dispõe sobre concessão de vantagens aos diplomados pela Escola Normal “Caetano de Campos”.
- 1944 — Decreto-lei n.º 14002, de 25.5.1944, C.L.D., tomo LIII, 1949, p. 161.
Dispõe sobre a criação do curso Pré-Normal e dá outras providências.
- Decreto n.º 14170, de 1.º.9.1944, C.L.D., tomo LIV, 1944.
Estabelece medidas relativas às novas Escolas Normais Particulares.
- 1945 — Decreto n.º 14448, de 5.1.1945, C.L.D., tomo LV, 1945, p. 5.
Declara de nenhum efeito o Decreto n.º 14170, de 1.º.9.1944.
- 1946 — Decreto n.º 15769, de 19.4.1946, C.L.D., tomo LVI, 1946, p. 22
Estabelece normas gerais para criação, instalação e funcionamento de estabelecimentos de ensino secundário e normal.
- 1947 — Decreto-lei n.º 16987, de 28.2.1947, C.L.D., tomo LVII, 1948, p. 407.
Dispõe sobre provimento por concurso especial de cadeiras do Instituto de Educação “Caetano de Campos” e dá outras providências.
- Decreto n.º 17250, de 28.5.1947, C.L.D., tomo LVII, 1948, p. 72
Regula concessão de notas aos alunos do Instituto “Caetano de Campos”.
- Decreto-lei n.º 17384, de 4.7.1947, C.L.D., tomo LVII, 1948, p. 63.
Torna obrigatório para as Escolas Normais, o ensino de Noções de Estatística.
- 1948 — Lei n.º 75, de 23.2.1948, C.L.D., tomo LVIII, 1948, p. 20.

- Dispõe sobre criação de Ginásios, Colégios e Escolas Normais no interior do Estado.
- Lei n.º 82, de 25.2.1948, C.L.D., tomo LVIII, 1948, p. 28.
Faculta aos alunos do Curso de Formação Profissional de Professores das Escolas Normais de Pinhal, Jacareí e São Manuel, a realização do Curso de Especialização de Professores Normalistas para o Ensino Rural.
- Lei n.º 144, 3.9.1948, C.L.D., tomo LVII, 1948, p. 32.
Atribui às Delegacias Regionais de Ensino a Inspeção das Escolas Normais Livres e Municipais.
- 1949 — Lei n.º 341, de 19.7.1949, C.L.D., tomo LIX, 1949, p. 22.
Dispõe sobre criação do 2.^a ciclo — secundário — no Instituto de Educação “Caetano de Campos”.
- 1950 — Decreto n.º 19525A, de 27.6.1950, C.L.D., tomo LX, 1950, p. 331.
Institui o Regimento Interno das Escolas Normais Oficiais do Estado.
- Lei n.º 810, de 23.10.1950, C.L.D., tomo LX, 1950, p. 21.
Institui, na Chefia do Ensino Secundário e Normal, do Departamento de Educação, o serviço de registro de candidatos à interinidade no magistério secundário e normal.
- Lei n.º 881, de 6.12.1950, C.L.D., tomo LX, 1950, p. 457.
Dispõe sobre instalação de uma Escola Normal Rural, em Piracicaba, de acordo com o Decreto n.º 6047, de 19.8.1933, e dá outras providências.
- 1951 — Decreto n.º 20277, de 30.1.1951, C.L.D., tomo LXI, 1951, p. 425.
Cria a Biblioteca “Prof. Octávio Mendes”, no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, e dá outras providências.
- Decreto n.º 20.296, de 16.2.1951, C.L.D., tomo LXI, 1951, p. 455.
Dispõe sobre matrícula nos Cursos Pré-Normal e Normal das Escolas Normais.
- Decreto n.º 20863, de 17.10.1951, C.L.D., tomo LXI, 1951, p. 526.

- Regula o Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, e dá outras providências.
- Lei n.º 1435, de 24.12.1951, C.L.D., tomo LXI, 1952, p. 225.
Dispõe sobre denominação de disciplina do curso de formação profissional do professor, das Escolas Normais.
 - 1952 — Decreto n.º 21152, de 15.1.1952, C.L.D., tomo LXII, 1952, p. 48.
Retifica o Decreto n.º 20863, de 17.10.1951.
 - Lei n.º 1575, de 16.5.1952, C.L.D. tomo LXII, 1952, p. 10.
Dispõe sobre criação de cargo destinado ao Instituto de Educação “Caetano de Campos” e dá outras providências.
 - Decreto n.º 21621, de 7.8.1952, C.L.D., tomo LXIII, 1953, p. 238.
Suspende a inspeção prévia de Escolas Normais Livres e cancela a lotação de cargos.
 - Lei n.º 1825, de 15.10.1952, C.L.D., tomo LXII, 1953, p. 21.
Revoga os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 144, de 3.9.1948 e determina sobre a inspeção e orientação técnica das Escolas Normais Livres e Municipais.
 - Decreto n.º 21959, de 29.12.1952, C.L.D., tomo LXII, 1953, p. 586.
Suspende a Inspeção prévia de Escolas Normais Livres e cancela a lotação de cargo.
 - 1953 — Decreto n.º 22036, de 5.2.1953, C.L.D., tomo LXIII, 1953, p. 122.
Dispõe sobre as Congregações dos estabelecimentos de ensino secundário e normal dos Estado de São Paulo.
 - Decreto n.º 22136C, de 19.3.1953, C.L.D., tomo LXIII, 1953, p. 227.
Autoriza o funcionamento de Escolas Normais Livres em São José do Rio Pardo e Santo André e Municipais em Iguape.
 - Lei n.º 2156, de 30.6.1953, C.L.D., tomo LXIII, 1953, p. 17.
Dá nova redação aos artigos 471, 472 e 473 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Ensino, aprovada pelo Decreto n.º 17.698, de 27.11.1947 que trata do ano escolar do Curso de Formação Profissional do Professor, notas de aplicação e exames.

- Lei n.º 2303, de 29.9.1953, C.L.D., tomo LXIII, 1953, p. 112.
Institui a prática de Noções de Enfermagem nos programas de Higiene, Puericultura e Educação Sanitária das Escolas Normais e Instituto de Educação do Estado.
- 1954 — Lei n.º 2637, de 20.1.1945, C.L.D., tomo LXIV, 1954, p. 123.
Dispõe sobre instalação e funcionamento dos Cursos de Aperfeiçoamento dos Institutos de Educação criados no Interior do Estado.
- Decreto n.º 23375C, de 27.5.1954, C.L.D., tomo LXIV, 1954, p. 181.
Dá nova redação ao artigo 511 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis de Ensino aprovada pelo Decreto n.º 17698, de 27.11.1947, sobre as aulas dos professores de Educação.
- Decreto n.º 23412, de 10.6.1954, C.L.D., tomo LXIV, p. 223.
Altera disposições da Consolidação das Leis de Ensino, artigo 594 a 602 sobre horas de trabalho por semana; aulas excedentes e seu cálculo e o número de aulas do pessoal docente do ensino secundário e normal.
- Decreto n.º 23570-C, de 19.8.1954., tomo LXIV, 1954, p. 173.
Dispõe sobre validade de diplomas do Curso de Biblioteconomia do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, da Capital.
- Decreto n.º 23584, de 30.8.1954, C.L.D., tomo LXIV, 1954, p. 194.
Altera dispositivo do Decreto n.º 17.698, de 26.11.1947 sobre o ano letivo e férias.
- Decreto n.º 23889-E, de 1.º.12.1954, C.L.D., tomo LXIV, 1954, p. 339.
Retifica o Decreto n.º 22.136-C, de 19.3.1953.
- 1955 — Decreto n.º 24606-A, de 31.5.1955, C.L.D., tomo LXV, 1955, p. 277.
Dispõe sobre o funcionamento do Curso de Especialização de Ensino de Cegos no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, da Capital.
- Decreto n.º 24713, de 6.7.1955, C.L.D., tomo LXV, 1955, p. 101.
Dispõe sobre a regulamentação do ensino religioso nas escolas primárias, secundárias, técnicas e normais do Estado.

- Lei n.º 3253, de 29.11.1955, C.L.D., tomo LXV, 1955, p. 366.
Faculta a prestação de exames finais em segunda época dos alunos dos cursos normal e profissional, investidos de mandato público eletivo, cujo exercício se verifique fora da sede das respectivas escolas.
- Lei n.º 3317, de 29.12.1945, C.L.D., tomo LXV, 1955, p. 430.
Permite a matrícula, no curso de Formação Profissional de Professores, aos portadores de certificado de Seminário Religioso ou de Ministros de cultos.
- 1956 — Decreto n.º 25493, de 16.2.56, C.L.D., tomo LXVI, 1956, p. 263.
Dispõe sobre turnos de funcionamento de Escolas Normais Livres.
- Decreto n.º 25781, de 27.4.56, C.L.D., tomo LXVI, 1956, p. 94.
Dispõe sobre a instalação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba, nos termos da Lei n.º 881, de 6.12.1950.
- Decreto n.º 25790, de 28.4.1956, C.L.D., tomo LXVI, 1956, p. 101.
Regulamenta a aplicação do artigo 463 e parágrafo, do Decreto 17698, de 26.11.1947.
- Decreto n.º 25920, de 25.5.1956, C.L.D., tomo LXIV, 1956, p. 183.
Dispõe sobre o registro de professores, de Ensino Normal no Departamento de Educação e dá outras providências.
- Lei n.º 3388, de 4.7.1956, C.L.D., tomo LXVI, 1956, p. 5.
Dispõe sobre acréscimo de um ano à duração do Curso de Formação Profissional de Professor Primário, em período noturno, e dá outras providências.
- Decreto n.º 26103, de 13.7.1956, C.L.D., tomo LXVI, 1956, p. 109.
Dispõe sobre Regulamento do ensino religioso nas escolas primárias, secundárias, técnicas e normais do Estado.
- Decreto n.º 26526, de 5.10.1956, C.L.D., tomo LXVI, p. 30.
Regulamenta a Lei n.º 3388, de 4.7.1956, que dispõe sobre acréscimo de um ano a duração do Curso de Formação Profissional de Professor Primário, em período noturno.
- Decreto n.º 26618, de 17.10.1956, C.L.D., tomo LXVI, 1956, p. 199.

- Modifica a redação do artigo 21, do Decreto n.º 26103, de 13.7.1956 que dispõe sobre o ensino religioso nas escolas.
- Resolução n.º 703, de 19.12.1956, C.L.D., tomo LXVI, 1956, p. 975.
- Padroniza projetos de construção de edifícios destinados a Grupos Escolares, Ginásios, Escolas Normais, Delegacias de Polícia e Cadeias.
- 1957 — Lei n.º 3739, de 22.1.1957, C.L.D., tomo LXVII, 1958, p. 159.
- Dispõe sobre organização do Ensino Normal do Estado.
- Decreto n.º 27334, de 24.1.1957, C.L.D., tomo LXVII, 1958, p. 598.
- Regulamenta a Lei n.º 3739, de 22.1.1957, que dispõe sobre a organização do Ensino Normal no Estado de São Paulo.
- Decreto n.º 29954, de 22.10.1957, C.L.D., tomo LXVII, 1958, p. 673.
- Dispõe sobre faltas às aulas, durante o período da “gripe asiática”, dos alunos de Instituto de Educação e Escolas Normais, Oficiais, Municipais e Particulares.
- Decreto n.º 30066, de 9.11.1957, C.L.D., tomo LXVII, 1958, p. 752.
- Altera disposições do Decreto n.º 27334, de 24.1.1957, que regulamenta o Ensino Normal do Estado.
- Decreto n.º 30134, de 16.11.1957, C.L.D., tomo LXVII, 1958, 938.
- Torna extensivos aos Institutos de Educação e Escolas Normais Oficiais, Municipais e Particulares do Estado, as disposições do Decreto n.º 29954, de 22.10.1957.
- Lei n.º 4420, de 28.11.1957, C.L.D., tomo LXVII, 1958, p. 428.
- Dispõe sobre a instalação de Escola Normal Rural em Piracicaba, criada pela Lei n.º 881, de 6.11.1950.
- Decreto n.º 30309, de 5.12.1957, C.L.D., tomo LXVII, 1958, p. 1085.
- Dispõe sobre exames de segunda época, no Ensino Normal.
- Decreto n.º 30690, de 17.1.1958, C.L.D. Tomo LXVIII, 1958, p. 172.
- Modifica o artigo 2.º do Decreto n.º 27334, de 24.1.1957, sobre os exames vestibulares ao Curso Normal.
- Decreto n.º 32.994, de 28.6.1958, C.L.D., tomo LXVIII, 1958, p. 1008.

- Dispensa a exigência do artigo 15, do Decreto n.º 27334, de 24 de janeiro de 1957, referente ao Ensino Normal.
- Decreto n.º 34104, de 1.º12.1958, C.L.D., tomo LXVIII, 1958, p. 965.
Altera disposições do Decreto n.º 27334, de 24.1.1957, que regulamentou o Ensino Normal do Estado.
- Lei n.º 5058, de 23.12.1958, C.L.D., tomo LXVIII, 1958, p. 585.
Dispõe sobre matrícula no Curso de Administradores e dá outras providências.
- 1959 — Decreto n.º 34547, de 20.1.1959, C.L.D., tomo LXIX, 1959, p. 230.
Dispõe sobre a regulamentação da organização do Ensino Normal no Estado de São Paulo.
- Lei n.º 5304, de 15.4.1959, C.L.D., LXIX, 1959, p. 13.
Revoga o parágrafo único do artigo 3.º da Lei n.º 3739, de 22.1.1957 e dá outras providências.
- Decreto n.º 35100, de 17.6.1959, C.L.D., tomo LXIX, 1959, p. 314.
Regulamenta a lei n.º 3739, de 22.1.1957, que dispõe sobre a organização do Ensino Normal no Estado de São Paulo, modificada pela lei n.º 5304, de 15.4.1959 e dá outras providências.
- 1961 — Decreto n.º 38054, de 9.2.1961, C.L.D., tomo LXXI, 1962, p. 215.
Dispõe sobre exames vestibulares ao Curso de Administradores Escolares para diretores e inspetores do ensino primário.
- Decreto n.º 38216, de 19.3.1961, C.L.D., tomo LXXI, 1962, p. 361.
Regulamenta a forma de provimento dos cargos de direção dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal.
- Decreto n.º 38237, de 22.3.1961, C.L.D., tomo LXXI, 1962, p. 379.
Torna sem efeito o Decreto n.º 38216, de 18, publicado a 19.3.1961, que dispõe sobre o ensino Normal.
- Decreto n.º 39334, de 10.11.1961, C.L.D., tomo LXXI, 1961, p. 686.
Aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal ..
- Decreto n.º 39380, de 22.11.1961, C.L.D., tomo LXXI, 1961, p. 755.

Dispõe sobre o Serviço de Inspeção e Orientação nos estabelecimentos de ensino Secundário e Normal subordinados à Secretaria da Educação.

*

Complementando o presente ÍNDICE, apresento o arrolamento dos diplomas legais específicos ao Ensino Normal Oficial, Municipal e Particular, referente à criação, instalação, autorização para funcionamento, inspeção, equiparação, fiscalização, bem como cancelamento e suspensão das mesmas.

ESCOLAS NORMAIS OFICIAIS

Dispõe sobre a CRIAÇÃO DE ESCOLA NORMAL.

- 1894 — Decreto n.º 245, de 20.7.1894, na cidade de Itapetininga.
- 1912 — Lei n.º 1359, de 24.12.1912, no distrito do Braz, da Capital do Estado e outra na cidade de Casa Branca.
- 1938 — Decreto n.º 9501, de 15.9.1938, em Mococa.
- 1939 — Decreto n.º 10044, de 7.3.1939, em Tatuí.
- Decreto n.º 10189, de 16.5.1939, em Itapeva.
- Decreto n.º 10233, de 27.5.1939, em Tietê.
- Decreto n.º 10317, de 16.6.1939, em Catanduva.
- Decreto n.º 10336, de 21.6.1939, em Santa Cruz do Rio Pardo.
- 1945 — Decreto-lei n.º 14765, de 5.6.1945, em São Manuel.
- Decreto-lei n.º 14806, de 25.6.1945, em Itapira.
- Decreto-lei n.º 14843, de 5.7.1945, em Baurú.
- Decreto-lei n.º 14855, de 9.7.1945, em Taquaritinga.
- Decreto-lei n.º 14911, de 3.8.1945, em Lins.
- Decreto-lei n.º 14981, de 30.8.1945, em Mirassol.
- Decreto-lei n.º 15024, de 11.9.1945, em Jundiá.
- Decreto-lei n.º 15185, de 25.10.1945, em Taubaté.
- 1946 — Decreto-lei n.º 15950, de 12.8.1946, em Ribeirão Preto.
- Decreto-lei n.º 16064, de 9.9.1946, em São José do Rio Pardo.
- Decreto-lei n.º 16076, de 12.9.1946, em Cruzeiro.
- 1947 — Decreto-lei n.º 16083, de 13.9.1946, em Sorocaba.
- Decreto-lei n.º 16711, de 13.1.1947, em Itápolis.
- Decreto-lei n.º 16715, de 14.1.1947, em Limeira.
- Decreto-lei n.º 16722, de 16.1.1947, em Capivaré.
- Decreto-lei n.º 16728, de 16.1.1947, em Pirajuí.
- Decreto-lei n.º 16739, de 17.1.1947, em Jaú.
- Decreto-lei n.º 16740, de 17.1.1947, em Jaboticabal.
- Decreto-lei n.º 16912, de 14.2.1947, em Itú.

- Decreto-lei n.º 16950, de 21.2.1947, em Jacaré.
- Decreto n.º 16961, de 22.2.1947, em Caçapava.
- Decreto-lei n.º 17084, de 8.3.1947, em Santos.
- Decreto-lei n.º 17090, de 8.3.1947, em Presidente Prudente.
- Decreto-lei n.º 17110, de 12.3.1947, em Rio Claro.
- Decreto-lei n.º 17129, de 13.3.1947, em São José dos Campos.
- Decreto-lei n.º 17129, de 13.3.1947, em Ourinhos.
- 1948 — Lei n.º 89, de 27.2.1948, em Novo Horizonte.
- Lei n.º 95, de 27.2.1948, em Santa Rita do Passa Quatro.
- 1950 — Lei n.º 619, de 4.1.1950, em cidades do interior do Estado e nos distritos do Ipiranga e da Lapa, na Capital. (Entre outras, uma em São José do Rio Preto).
- Lei n.º 900, de 13.12.1950, em Itararé.
- Lei n.º 934, de 29.12.1950, em diversas cidades do Interior e dá outras providências.
- 1951 — Lei 1005, de 4.3.1951, em Descalvado.
- Lei n.º 1060, de 12.6.1951, anexa ao Colégio Estadual “Fernando Dias Pais Leme” nesta Capital.
- Lei n.º 1132, de 10.7.1951, em Socorro e Bragança Paulista.
- 1952 — Lei n.º 1696, de 18.8.1952, no município de Santo André.
- Lei 2036, de 24.12.1952, em Monte Aprazível.
- Lei 2049, 24.12.1952, em São Bernardo do Campo.
- Lei 2058, de 24.12.1952, em Campos de Jordão.
- Lei n.º 2114, de 27.12.1952, no bairro do Belenzinho, Capital.
- 1953 — Lei n.º 2.260, de 18.8.1953, em Dracena.
- Lei n.º 2262, de 18.8.1953, em Atibaia.
- Lei n.º 2281, de 26.8.1953, em Osvaldo Cruz.
- Lei n.º 2312, de 6.10.1953, em Ourinhos.
- Lei n.º 2374, de 10.11.1953, em Andradina.
- Lei n.º 2402, de 10.12.1953, em Rancharia.
- Lei n.º 2448, de 29.12.1953, em Batatais.
- 1954 — Lei n.º 2483, de 3.1.1954, em Americana.
- Lei n.º 2516, de 12.1.1954, em Santa Barba D'Oeste.
- Lei n.º 2543, de 13.1.1954, no bairro de Penha de França, Capital.

- Lei n.º 2544, de 13.1.1954, no bairro de Vila Mariana, Capital.
 - Lei n.º 2589, de 14.1.1954, em Pacaembú.
 - Lei n.º 2591, de 14.1.1954, em Votuporanga.
 - Lei n.º 2593, de 14.1.1954, em Cafelândia.
 - Lei n.º 2641, de 20.1.1954, em Orlândia.
 - Lei n.º 2667, de 6.4.1954, em Ribeirão Bonito.
 - Lei n.º 2677, de 30.4.1954, em Suzano.
 - Lei n.º 2922, de 28.12.1954, em Promissão.
 - Lei n.º 2925, de 28.12.1954, na Capital.
- 1955 — Lei n.º 3060, de 7.7.1955, em Cajurú.
- 1956 — Lei n.º 3588, de 12.11.1956, em Serra Negra.
- 1957 — Lei n.º 3839, de 11.4.1957, em Palmital.
- Lei n.º 3841, de 16.4.1957, em Biriguí.
 - Lei n.º 3843, de 16.4.1957, em Conchas.
 - Lei n.º 3927, de 28.6.1957, em Igarapava.
 - Lei n.º 3930, de 28.7.1957, em São Simão.
 - Lei n.º 3958, de 24.7.1958, em Monte Alto.
 - Lei n.º 4066, de 23.8.1957, em Cerqueira Cesar.
 - Lei n.º 4235, de 15.10.1957, em Agudos.
- 1958 — Lei n.º 4797, de 12.8.1958, em Bilac.
- Lei n.º 4813, de 20.8.1958, em Monte Azul Paulista.
 - Lei n.º 4895, de 4.11.1958, em Lucélia.
 - Lei n.º 5073, de 26.12.1958, em Caconde.
 - Lei n.º 5074, de 26.12.1958, em Lençóis Paulista.
 - Lei n.º 5075, de 26.12.1958, em Fernandópolis.
 - Lei n.º 5077, de 26.12.1958, em Ibirá.
 - Lei n.º 5078, de 26.12.1958, em Martinópolis.
 - Lei n.º 5102, de 30.12.1958, em Getulina.
 - Lei n.º 5111, de 30.12.1958, em Iguape.
- 1959 — Lei n.º 5617, de 7.1.1959, em Valparaizo.
- Lei n.º 5166, de 7.1.1959, em Mogí-Mirim.
 - Lei n.º 5276, de 15.1.1959, em São Pedro.
- 1960 — Lei n.º 5780, de 3.8.1960, em Leme.
- Lei n.º 5897, de 26.9.1960, em Duartina.
 - Lei n.º 5922, de 18.10.1960, em Adamantina.
- 1961 — Lei n.º 6220, de 28.8.1961, em Itatinga.
- Lei n.º 6224, de 28.8.1961, em São Sebastião da Gramma.
 - Lei n.º 6341, de 28.9.1961, em Bernardino de Campos.
 - Lei n.º 6361, de 6.10.1961, em Poá.

- Lei n.º 6363, de 6.10.1961, no bairro do Tatuapé, Capital.
 - Lei n.º 6399, de 14.10.1961, em Neves Paulista.
 - Lei n.º 6490, de 13.11.1961, em Taquarituba.
 - Lei n.º 6538, de 30.11.1961, em Itarirí.
 - Lei n.º 6572, de 9.12.1971, em Rinópolis.
 - Lei n.º 6593, de 18.12.1961, em Altinópolis.
- Dispõe sobre a CRIAÇÃO DE INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
- *
- 1956 — Lei n.º 3594, de 13.1.1956, em Santo Amaro, município da Capital.
- *
- Dispõe sobre TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA NORMAL EM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.
- 1951 — Lei n.º 1416, de 21.12.1951, a E.N. e G.E. “Carlos Gomes”, de Campinas, em Instituto de Educação “Carlos Gomes”.
- Lei n.º 1537, de 28.12.1951, o Colégio e Escola Normal “Pe. Anchieta”, da Capital, em Instituto Feminino de Educação.
- 1953 — Lei n.º 2218, de 7.8.1953, transforma em Instituto de Educação diversos Colégios Estaduais e Escolas Normais.
- Lei n.º 2219, de 7.8.1953, o C.E. e E.N. “Torquato Caleiro”, de Franca.
 - Lei n.º 2220, de 7.8.53, o C.E. e E.N. de Piraçununga.
 - Lei n.º 2221, de 7.8.53, o C.E. e E.N. “Dr. Álvaro Guião”, de S. Carlos.
 - Lei n.º 2222, de 7.8.53, e E.N. e C.E. “Conselheiro Rodrigues Alves”, de Guaratinguetá.
 - Lei n.º 2223, de 7.8.53, a E.N. “Barão de Suruí”, de Tatuí.
 - Lei n.º 2224, de 7.8.1953, o C.E. e E.N. “Sud Mennucci”, de Piracicaba.
 - Lei n.º 2247, de 14.8.53, a E.N. “Leônidas do Amaral Vieira”, de Santa Cruz do Rio Pardo.
 - Lei n.º 2336, de 20.10.53, a E.N. de Jaú.
 - Lei n.º 2337, de 20.10.53, a E.N. “Fernando Costa”, de Presidente Prudente.
- 1953 — Lei n.º 2366, de 3.11.53, a E.N. “Dr. Francisco Tomaz de Carvalho”, de Casa Branca.
- Lei n.º 2449, de 29.12.53, a E.N. de Jundiá.
- 1954 — Lei n.º 2490, de 5.1.54, a E.N. de Araraquara.
- Lei n.º 2929, de 28.12.54, a E.N. de Mogí das Cruzes.

- Lei n.º 3730, de 15.1.1957, o C.E. e E.N. “Canadá”, de Santos.
- Lei n.º 3742, de 24.1.57, a E.N. “Coronel João Cruz”, de Avaré.
- Lei n.º 3795, de 5.2.57, o C.E. e E.N. de Assis.
- Lei n.º 3796, de 5.2.57, a E.N. “Joaquim Ribeiro”, de Rio Claro.
- Lei n.º 3797, de 5.2.57, a E.N. em Amparo.
- Lei n.º 3800, de 5.2.57, a E.N. “Plínio Rodrigues de Moraes”, de Tietê.
- Lei n.º 3809, de 5.2.57, a E.N. “Manuel Bento da Cruz”, de Araçatuba.
- Lei n.º 3944, de 3.7.57, o C.E. e E.N. de Socorro.
- Lei n.º 4038, de 16.8.57, o G.E. e E.N. de Bragança Paulista.
- Lei n.º 4040, de 16.8.57, a E.N. “Martim Afonso”, de São Vicente.
- Lei n.º 4133, de 17.9.57, as EE.NN. “Dr. Alfredo Pujol”, de Pirajuí e “Dr. Julio Prestes de Albuquerque”, de Sorocaba.
- Lei n.º 4204, de 1.º.10.57, a E.N. “Aurélio Arrobas Martins”, de Jabuticabal.
- Lei n.º 4282, de 26.10.57, a E.N. “Dr. Américo Brasiliense”, de Santo André.
- Lei n.º 4317, de 30.10.57, a E.N. “Dr. Carlos Sampaio Filho”, de Penápolis.
- Lei n.º 4443, de 17.12.57, a E.N. “9 de Julho”, de Taquaritinga.
- Lei n.º 4496, de 24.12.57, a E.N. de Tupã.
- Lei n.º 4497, 24.12.57, a E.N. “Fernão Dias Pais”, da Capital.
- 1958 — Lei n.º 4613, de 3.1.58, a E.N. “Barão do Rio Branco”, em Instituto de Educação, de Catanduva.
- Lei n.º 4624, de 7.1.58, a E.N. “Castelo Branco”, de Limeira.
- Lei n.º 4626, de 7.1.58, a E.N. de Ourinhos, sob o título “Horácio Soares”.
- Lei n.º 4727, de 6.5.58, a E.N. de Itapira.
- Lei n.º 4749, de 20.5.58, a E.N. de Orlândia.
- Lei n.º 4751, de 23.5.58, a E.N. “Valentim Gentil”, de Itápolis.
- Lei n.º 4815, de 20.8.57, a E.N. “Oscar Villares” de Mococa.
- Lei n.º 4859, de 5.9.58, a E.N. “Padre Fabiano José Moreira de Camargo” de Capivarí.

- Lei n.º 4870, de 5.9.58, a E.N. “Nelson Fernandes”, em Santa Rita do Passa Quatro.
 - Lei n.º 4903, de 11.11.58, a E.N. de Marília.
 - Lei n.º 4907, de 11.11.58, a E.N. “Cardeal Leme”, de Pinhal.
 - 1960 — Lei n.º 5642, de 6.5.60, a E.N. de Santa Bárbara D’Oeste.
 - Lei n.º 5643, de 6.5.60, a E.N. “Euclides da Cunha”, de São José do Rio Pardo.
 - Lei n.º 5676, de 16.5.60, o C.E. e E.N. “Dr. Manoel José Chaves”, de São Manoel.
 - Lei n.º 5707, de 24.5.60, a E.N. de Americana.
 - Lei n.º 5721, de 31.5.60, a E.N. “Oswaldo Cruz”, de Cruzeiro.
 - Lei n.º 5809, de 10.8.60, o C.E. e E.N. Antônio Firmino de Proença”, da Capital.
 - Lei n.º 5835, de 31.8.60, a E.N. de Bebedouro.
 - Lei n.º 5902, de 26.9.60, a E.N. anexa ao C.E. Anhanguera, da Capital.
 - 1961 — Lei n.º 6215, de 28.8.61, a E.N. de Serra Negra.
 - Lei n.º 6221, de 28.8.61, a E.N. de Mirassol.
 - Lei n.º 6222, de 28.8.61, a E.N. de Barertos.
 - Lei n.º 6258, de 9.9.61, a E.N. de Registro.
 - Lei n.º 6265, de 9.9.61, o C.E. e E.N. de Lins.
 - Lei n.º 6268, de 9.9.61, a E.N. de São João da Boa Vista.
 - Lei n.º 6271, de 13.9.61, a E.N. de São José dos Campos.
 - Lei n.º 6403, de 14.10.61, a E.N. de Mogí Mirim.
 - Lei n.º 6475, de 31.10.61, a E.N. de São Bernardo do Campo.
 - Lei n.º 6478, de 31.10.61, a E.N. de Conchas.
 - Lei n.º 6482, de 10.11.61, a E.N. da Penha, da Capital.
 - Lei n.º 6575, de 9.12.61, a E.N. de Monte Aprazível.
- *
- Dispõe sobre TRANSFORMAÇÃO de Escola Normal em Colégio:
- 1957 — Lei n.º 4313, de 30.10.57, a E.N. e G.E. “Alexandre de Gusmão”, da Capital, em Colégio e E.N. “Alexandre de Gusmão”.
 - 1958 — Lei n.º 4607, de 3.1.58, a E.N. e G.E. de Paraguaçu Paulista.

- 1961 — Lei n.º 6620, de 23.12.61, a E.N. e G.E. “Coronel José Joaquim Bittencourt”, de Palmital.



ESCOLAS NORMAIS LIVRES E MUNICIPAIS

AUTORIZA O FUNCIONAMENTO de Escolas Normais:

- 1945 — Decreto n.º 18485, de 9.2.45, da E.N.L. “Cesário Motta”, do Ginásio das Américas, da Capital.
— Dec.eto-lei n.º 14585, de 6.3.45, de novas escolas normais.
- 1947 — Decreto-lei n.º 16917, de 14.2.47, da E.N.L. de Garça.
— Decreto n.º 17533, 5.9.47, da E.N.L. de Cafelândia.
- 1948 — Decreto n.º 17906-A, de 27.1.48, da E.N. “Cesário Motta”, de Campinas.
— Decreto n.º 17974, de 16.2.48, da E.N.L. de Matão.
— Decreto n.º 18242, de 17.8.48, da E.N.L. Municipal de Ibitinga.
— Decreto n.º 18400, de 14.12.48, da E.N.L. “N. Sra. Auxiliadora”, de Tupã.
— Decreto n.º 18402, de 14.12.48, da E.N.L. do “Instituto Companhia de Maria”, em Santa Cruz do Rio Pardo.
- 1949 — Decreto n.º 18460, de 19.1.49, da E.N.L. “Sagrada Família”, da Capital.
— Decreto n.º 18497, de 15.2.49, da E.N. Livre em Sorocaba.
— Decreto n.º 18512-A, de 2.3.49, da E.N.Livre “Stella Maris”, em Santos
— Decreto n.º 18515-B, de 9.3.49, da E.N.Livre “D. Sinhá Junqueira”, de Ribeirão Preto.
— Decreto n.º 18569, de 12.4.49; da E.N.Livre no Município de Rancharia.
— Decreto n.º 18560, de 28.11.49, da E.N.Livre “Maria Imaculada”, anexa ao Ginásio do mesmo nome, na Capital.
— Decreto n.º 18962, de 28.11.49, da E.N.L. anexa ao Colégio Assunção.
— Decreto n.º 18997, de 7.12.49, da E.N.Livre “Duque de Caxias”, em Piquete.
— Decreto n.º 18958, de 7.12.49, da E.N.Livre “Santo André”, em Santo André.

- 1950 — Decreto n.º 19146, de 1.º.2.50, da E.N.Livre de Catanduva.
- Decreto n.º 19165, de 8.2.50, da E.N.Livre do Colégio “Carlos Gomes”, da Capital.
 - Decreto n.º 19205, de 27.2.50, da E.N.Livre “Ateneu Paulista”, em Campinas.
 - Decreto n.º 19287, de 22.3.50, da E.N.Livre “N.Sra. Aparecida”, em Araçatuba.
 - Decreto n.º 19288, de 22.3.50, da E.N.Livre de Itapetininga.
 - Decreto n.º 19348, de 14.4.50, da E.N.Livre “Dr. João Ribeiro Conrado”, em Franca.
 - Decreto n.º 20065, de 13.12.50, da E.N.Livre “Ave Maria”, em Campinas.
 - Decreto n.º 20066, de 13.12.50, da E.N.Livre “Fernão Dias”, na Capital.
- 1951 — Decreto n.º 20321, de 22.2.51, da E.N.Livre de Ribeirão Preto.
- Decreto n.º 20322, de 22.2.51, da E.N.Livre de Lucélia.
 - Decreto n.º 20327, de 24.2.51, da E.N.Livre de Guararapes.
 - Decreto n.º 20328, de 24.2.51, da E.N.Livre de Adamantina.
 - Decreto n.º 20334, de 27.2.51, da E.N.Livre “São José”, em Valparaíso.
 - Decreto n.º 20366, de 8.3.51, da E.N.Livre de Marília.
 - Decreto n.º 20370-A, de 12.3.51, da E.N.Livre “Santa Maria”, de Assis.
 - Decreto n.º 20460, de 26.4.51, da E.N.Livre “Marçal”, em Santos.
 - Decreto n.º 20978, de 29.12.51, da E.N.Livre “Salete”, da Capital.
 - Decreto n.º 21085, de 29.12.51, da E.N.Livre de São Caetano do Sul.
- 1952 — Decreto n.º 21.230, de 7.1.52, da E.N.Livre anexa ao Ginásio Riachuelo, da Capital.
- Decreto n.º 21198, de 6.2.52, da E.N.Livre “São Vicente de Paula”, da Capital.
 - Decreto n.º 21236, de 21.2.52, de Escolas Normais Livres.
 - Decreto n.º 21245, de 28.2.52, da E.N.Livre “Campos Sales”, da Capital.

- Decreto n.º 21246, de 28.2.52, da E.N.Livre “Eduardo Prado”, da Capital.
- Decreto n.º 21268, de 6.3.52, da E.N. Municipal de Votuporanga.
- Decreto n.º 21269, de 6.3.52, da E.N.Livre “Jesus, Maria, José”, de Santo Amaro, da Capital.
- Decreto n.º 21281-E, de 13.3.52, da E.N. Municipal de São Simão.
- Decreto n.º 21510, de 26.6.52, da E.N. Municipal de Lençóis Paulista.
- 1952 — Decreto n. 21554, de 10.7.52, da E.N. Municipal “Prof. Homero Fortes”, de Cachoeira Paulista
- Decreto n.º 21788, de 16.10.52, da E.N.Municipal de Igarapava.
- Decreto n.º 21904, de 4.12.52, da E.N.Livre “Modelo”, da Capital.
- Decreto n.º 21933-B, de 18.12.52, da E.N.Livre anexa ao Colégio “Sacré-Coeur de Marie” da Capital.
- 1953 — Decreto n.º 22001-H, de 27.1.53, da E.N.Livre “Notre Dame de l’Immaculée Conception”, da Capital.
- Decreto n.º 22001-I, de 27.1.53, da E.N.Municipal de Cajurú.
- Decreto n.º 22053, de 12.2.53, da E.N.Livre “Prof. José Ranieri”, de Baurú.
- Decreto n.º 22054, de 12.2.53, das EE. NN. Livres da Capital e das EE.NN. Municipais de Marília, Mirandópolis e Andradina.
- Decreto n.º 22056, de 12.2.53, da E.N.Livre do Instituto “Jesus, Maria, José”, de Franca.
- Decreto n.º 22064, de 19.2.53, da E.N.Livre “Carolina Ribeiro”, da Capital.
- Decreto n.º 22066, de 19.2.53, da E.N.Livre “Siqueira Campos”, da Capital.
- Decreto n.º 22136-C, de 19.3.53, da E.N.Livre de São José do Rio Pardo e de Santo André, e E.N. Municipal de Iguape.
- Decreto n.º 22152, de 28.3.53, da E.N.Livre “D. Pedro II”, de São José do Rio Preto.
- Decreto n.º 22153, de 28.3.53, da E.N.Livre “Tereza F. Martim”, da Capital.
- Decreto n.º 23.020-C, de 30.12.53, do Curso Pré-Normal Livre “Nossa Senhora de Fátima”, de Bastos.
- 1954 — Lei n.º 23070-A, de 27.1.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Regente Feijó”, da Capital.

- Lei n.º 23070-B, de 27.1.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Castro Alves”, da Capital.
- Lei n.º 23070-C, de 27.1.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Nossa Senhora do Bom Conselho”, de Taubaté.
- Lei n.º 23102-F, de 3.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Municipal de José Bonifácio.
- Decreto n.º 23102-B, de 3.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Santa Dorotéia”, da Capital.
- Decreto n.º 21102-H, de 3.2.54, do Curso Pré-Normal de E.N. Livre “Nossa Senhora da Lapa”, da Capital.
- Decreto n.º 23102-I, de 3.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N. Livre “Santo André”, de São João da Boa Vista.
- Decreto n.º 23102-J, de 3.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Santo Antônio”, de Suzano.
- Decreto n.º 23102-K, de 3.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Municipal de Capão Bonito.
- Decreto n.º 23106, de 8.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Conselheiro Buarque de Macedo”, de Tupã.
- Decreto n.º 23127-A, de 11.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre de Taquaritinga, anexo ao Ginásio “Nossa Senhora da Consolação”.
- Decreto n.º 23129, de 15.2.54, do Cu.so Pré-Normal da E.N.Municipal de Pedregulho.
- Decreto n.º 23145, de 18.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Municipal de Conchas.
- Decreto n.º 23149, de 19.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Imaculada Conceição” da Capital.
- Decreto n.º 23150, de 19.2.54, da E.N.Livre “N. Sra. do Rosário”, da Capital.
- Decreto n.º 23151, de 19.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Nogueira da Gama”, de Guaratinguetá.
- Decreto n.º 23154, de 24.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Tarquínio Silva”, de Santos.
- Decreto n.º 23155, de 24.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Nossa Senhora do Calvário”, de Catanduva.
- Decreto n.º 23156, de 24.2.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Cel. Casimiro Cândido de Oliveira Guimarães”, de São Carlos.
- Decreto n.º 23157, de 24.2.54, do Cu.so Pré-Normal E.N.Livre “Sete de Setembro”, da Capital.
- Decreto n.º 23157, de 24.2.54, do Cu so Pré-Normal da E.N.Livre “Nossa Senhora de Lourdes”, do Ateneu Brasil, na Capital.

- Decreto n.º 23173, de 4.3.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Jabaquara”, na Capital.
 - Decreto n.º 23174, de 4.3.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Prudente de Moraes”, da Capital.
 - Decreto n.º 23175, de 4.3.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Maria José”, da Capital.
 - Decreto n.º 23208, de 18.3.54, da E.N.Livre “Nossa Senhora do Brasil”, na Capital.
 - Decreto n.º 23209, de 18.3.54, da E.N.Livre “Imaculada Conceição”, em Ourinhos.
 - Decreto n.º 23227-D, de 24.3.54, da E.N.Livre “Vera Cruz”, na Capital.
 - Decreto n.º 23456-H, de 8.7.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Imaculada Conceição”, de Ourinhos.
 - Decreto n.º 23456-I, de 8.7.54, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre “Santo André”, de São João da Boa Vista.
- 1955
- Decreto n.º 24121, de 5.1.55, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre de Tremembé, da Capital.
 - Decreto n.º 24155-D, de 13.1.55, da E.N.Livre “Nossa Senhora Aparecida”, da Capital.
 - Decreto n.º 24215, de 20.1.55, da E.N.Livre do Ginásio Xavier, em Promissão.
 - Decreto n.º 24235, de 24.1.55, da E.N.Livre “Cristo Rei”, da Capital, o Curso Pré-normal.
 - Decreto n.º 24234, de 24.1.55, do Curso Pré-Normal, da E.N.Livre “Lencastre”, de Campinas.
 - Decreto n.º 24337, de 11.2.55, da E.N.Livre “N.Sra. da Misericórdia”, da Capital.
 - Decreto n.º 24351, de 18.2.55, da E.N.Livre “Oswaldo Cruz”, da Capital.
 - Decreto n.º 24352, de 18.2.55, do Curso Pré-Normal, da E.N.Livre “Santa Terezinha do Menino Jesus”, da Capital.
 - Decreto n.º 24359, de 25.2.55, do 1.º ano da E.N.Livre “Regente Feijó”, da Capital.
 - Decreto 24446, de 25.3.55, da E.N.Livre “Pasteur”, da Capital.
 - Decreto n.º 24592, de 27.5.55, do Curso Pré-Normal da E.N.Livre de Mogí-Guaçu.
 - Dec. n.º 25122, de 18.11.55, da E.N.Livre Anexa ao Instituto “Mackenzie”, da Capital.
 - Dec. n.º 25328, de 30.12.55, da E.N.Livre “N.Sra. do Carmo”, de Guaratinguetá.

- 1956 — Dec. n.º 25357, de 14.1.56, da E.N.Livre “São José”, de S. Bernardo do Campo.
- Dec. n.º 25381, de 21.1.56, da E.N.Livre “N.Sra. das Dores”, da Capital.
- Dec. n.º 25443, de 4.2.56, da E.N.Livre “Stella Maris”, Capital.
- Dec. n.º 25444, de 4.2.56, da E.N.Livre “Brás Cubas”, de Mogí das Cruzes.
- Dec. n.º 25445, de 4.2.56, da E.N.Livre Municipal de Fernandópolis.
- Dec. n.º 25486, de 16.2.56, da E.N.Livre, “São José”, de Mogí-Mirim.
- Dec. n.º 25487, de 16.2.56, da E.N.Livre de Iacanga.
- Dec. n.º 25488, de 16.2.56, da E.N.Livre “Perdizes”, na Capital.
- Dec. n.º 25489, de 16.2.56, da E.N.Livre “São Miguel Arcanjo”, na Capital.
- Dec. n.º 25490, de 16.2.56, de E.N.Livre “Madre Clélia”, em Adamantina.
- Dec. n.º 25491, de 16.2.56, da E.N.Municipal de Porto Feliz.
- Dec. n.º 25492, de 16.2.56, da E.N.Livre “São Salvador”, da Capital.
- Dec. n.º 25518, de 24.2.56, de E.N.Livre “São Bento”, em Araraquara.
- Dec. n.º 25631, de 17.3.56, da E.N.Municipal de Quatá.
- Dec. n.º 25666, de 23.3.56, da E.N.Municipal de Martinópolis.
- Dec. n.º 26.120, de 16.7.56, da E.N.Livre “Sagrado Coração de Maria”, em Pirajuí.
- Dec. n.º 26421, de 14.9.56, da E.N.Livre “Machado de Assis”, da Capital.
- Dec. n.º 26532, de 5.10.56, da E.N.Livre “S. Judas Tadeu”, na Capital.
- Dec. n.º 26851, de 23.11.56, da E.N.Livre “Santos Dumont”, na Capital.
- Dec. n.º 26852, de 23.11.56, da E.N.Livre “N.Sra. do Sagrado Coração”, na Capital.
- Dec. n.º 26961, de 7.12.56, da E.N.Livre “Eula Bowden”, do Instituto Metodista Educacional, de Ribeirão Preto.
- Dec. 27008, de 14.12.56, da E.N.Livre das “Cônegas de Santo Agostinho”, da Capital.

- Dec. n.º 27020, de 14.12.56, da E.N.Livre “Nossa Senhora do Sagrado Coração”, na Capital.
- 1957 — Dec. 27283, de 18.1.57, da E.N.Livre “Dr. Barreto”, em Campinas.
- Dec. 27476, de 15.2.57, da E.N.Livre “Dolores Barreto Coelho”, em Taubaté.
- Dec. 27477, de 15.2.57, da E.N.Municipal de Santo Anastácio.
- Dec. 27478, de 15.2.57, da E.N.Particular “Santo Antônio”, em Garça.
- Dec. 27558, de 22.2.57, da E.N.Municipal de Sertãozinho.
- Dec. 27641, de 11.3.57, da E.N.Municipal de Santa Adélia.
- Dec. 30135, de 16.11.57, da E.N.Municipal de Bariri.
- 1958 — Dec. 34099, de 1.12.59, da E.N.Particular “Coração de Jesus”, de Santo André.
- 1960 — Dec. 36180, de 27.1.60, da E.N.Particular “Santa Catarina”, na Capital.
- Dec. 36.181, de 27.1.60, da E.N.Particular “N.Sra. Auxiliadora”, na Capital.
- Dec. n.º 36242, de 9.2.60, da E.N.Particular “Imaculada”, de Campinas.
- Dec. 36308, de 23.2.60, da E.N.Particular do Instituto “Santa Amalia”, da Liga das Senhoras Católicas.
- 1961 — Dec. 37971-A, de 16.1.61, da E.N.Particular de Flórida Paulista.
- Dec. 38005, de 26.1.61, da E.N.Particular “N.Sra. de Lourdes”, na Capital.
- Dec. 38025, de 2.2.61, da E.N.Particular “Divino Salvador”, de Americana.
- Dec. 38982, de 31.8.61, da E.N.Particular “Renascença”, na Capital.
- *
- Dispõe sobre o CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO para funcionamento.
- 1950 — Dec. 19951, de 16.11.50, à E.N.L., de Garça.
- Dec. 20103, de 20.12.50, à E.N.L. “Cesário Mota”, do Ginásio das Américas, na Capital.
- 1955 — Dec. 24593, de 27.5.55, à E.N.M. de Americana.
- Dec. 24612, de 3.6.55, à E.N.L. “Madre Mazzarello”, de Lucélia.

- Dec. 25121, de 18.11.55, à E.N.L. de São Miguel Paulista.
- Dec. 25265, de 23.12.55, à E.N.L. “N.Sra. da Lapa”, da Capital.
- 1956 — Dec. 25442, de 4.2.56, à E.N.L. “Maria Darcy”, da Capital.
- Dec. 26534, de 5.10.56, à E.N.L. “Marçal”, em Santos.
- 1957 — Dec. 30332, de 10.12.57, à E.N.P. “Modelo”, na Capital.
- 1958 — Dec. 31147, de 1.3.58, à E.N.P. em Adamantina.
- Dec. 31319, de 14.3.58, à E.N.P., em Adamantina.
- Dec. 34198, de 10.12.58, à E.N.P. “D. Pedro II”, em S. José do Rio Preto.
- Dec. 34201, de 10.12.58, à E.N.P. de Itapetininga.
- Dec. n.º 34352, de 27.12.58, à E.N.P. “Prof. José Ranieri”, de Bauru.
- Dec. 34376, de 29.12.58, à E.N.P. “Ciências e Letras”, da Capital.
- 1959 — Dec. 35294, de 31.7.59, à E.N.M. de Capão Bonito.
- 1960 — Dec. 36309, de 23.2.60, à E.N.M. de Fernandópolis.
- Dec. 36380, de 17.3.60, à E.N.M. de Santa Adélia.
- Dec. 36422, de 28.3.60, à E.N.M. de Santa Adélia.
- Dec. 36450, de 5.4.60, à E.N.M. de Martinópolis.
- 1961 — Dec. 38172, de 6.3.61, à E.N.P. “Vera Cruz”, da Capital.
- Dec. 38641, de 24.6.61, à E.N.P. “Vera Cruz”, da Capital.
- Dec. 38987, de 31.8.61, à E.N.M. de José Bonifácio.

*

SUSPENDE A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO e retira a inspeção prévia:

- 1950 — Dec. 19948, de 16.11.50, da E.N.L., de Matão.
- 1957 — Dec. 30456, de 20.12.57, à E.N.P. “Araçatubense”, de Araçatuba.
- 1958 — Dec. 30747, de 24.1.58, à E.N.M. de Igarapava.
- Dec. 30838, de 10.2.58, à E.N.P. “Horácio Berlinck”, de Jaú.
- Dec. 31736, de 12.4.58, à E.N.P. “Notre Dame de l’Immaculée Conception”.

- Dec. 33308, de 1.8.58, à E.N.P. “Conselheiro Buarque de Macedo”, em Tupã.
- Dec. 34213, de 10.12.58, à E.N.M. de São Simão.
- 1959 — Dec. 35116, de 19.6.59, à E.N.Mun. “Prof. Veiga Junior”, de Iguape.
- Dec. 35156, de 3.7.59, à E.N.P. “Cel. Casemiro C. de O. Guimarães”, de São Carlos.
- 1960 — Dec. 36451, de 5.4.60, à E.N.P. “Tarquínio Silva”, de Santos.
- Dec. 36479, de 12.4.60, à E.N.P. “Montesserrat”, de Santos.
- 1961 — Dec. 38092, de 15.2.61, à E.N.P. “São Salvador”, da Capital.
- Dec. 38093, de 15.2.61, à E.N.P. de São Caetano do Sul.

*

SUSPENDE, a pedido, A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO e retira a inspeção prévia:

- 1958 — Dec. 31418, de 21.3.58, à E.N.P. “Pasteur”, da Capital.
- Dec. 32420, de 26.5.58, à E.N.M. de Andradina.
- Dec. 33745, de 11.10.58, à E.N.P. “Siqueira Campos”, da Capital.
- 1959 — Dec. 34674, de 20.2.59, à E.N.P. “Tamandaré”, da Capital.
- Dec. 34675, de 20.2.59, à E.N.P. “Perdizes”, da Capital.
- Dec. 34676, de 20.2.59, à E.N.P., de Marília.
- Dec. 34750, de 14.3.59, à E.N.P. “Campineira”, de Campinas.
- Dec. 35018, de 29.5.59, à E.N.P. “São José”, de Moji-Mirim.
- Dec. 32581, de 30.5.59, à E.N.P. “N.Sra. de Fátima”, de Bastos.
- Dec. 35076, de 13.6.59, à E.N.P. de Adamantina.
- Dec. 35157, de 3.7.59, à E.N.P. “Duque de Caxias”, de Santo André.
- Dec. 35912, de 5.12.59, à E.N.P. da Associação do Ensino de Ribeirão Preto.
- 1960 — Dec. 36521, de 26.4.60, à E.N.P. “Dr. Fernando de Magalhães”, em Marília.

- Dec. 36614, de 23.5.60, à E.N.P. “Nogueira da Gama”, de Guaratinguetá.
- 1961 — Dec. 38091, de 15.2.61, à E.N.P. “Cristo Rei”, da Capital.
- Dec. 38173, de 6.3.61, à E.N.P. “Imaculada Conceição”, da Capital.
- Dec. 38476,3 de 16.5.61, à E.N.P. “Santos Dumont”, da Capital.

*

Dispõe sobre a CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL LIVRE:

- 1948 — Dec. 18292, de 14.9.48, em Itararé.
- Dec. 18327, de 12.10.48, à E.N.L. “São Carlos”, em São Carlos.

*

Dispõe sobre a CASSAÇÃO de INSPEÇÃO concedida:

- 1955 — Dec. 24444, de 25.3.55, à E.N.L. “Dr. Veiga Filho”, da Capital.

*

CONCEDE EQUIPARAÇÃO à Escolas Normais Livres:

- 1952 — Dec. 21382, de 8.5.52, à E.N.L. “São José”, de Santos.
- Dec. 21509, de 26.6.52, à E.N.L. “Santa Marcelina”, da Capital.
- Dec. 21521-A, de 30.6.52, à E.N.L. “Santa Ignês”, na Capital.
- Dec. 21553, de 10.7.52, à E.N.L. “São José”, na Capital.
- Dec. 21552, de 10.7.52, à E.N.L. “Sagrado Coração de Jesus”, de Campinas.
- Dec. 21553, de 10.7.52, à 10.7.52, à E.N.L. “São José”, na Capital.
- Dec. 21586, de 23.7.52, à E.N.L. “Nossa Senhora de Sion”, da Capital”.
- Dec. 21587, de 23.7.52, à E.N.L. “José Bonifácio”, de Santos.
- Dec. 21588, de 23.7.52, à E.N.L. “Stella Maris”, de Santos.
- Dec. 21589, de 23.7.52, à E.N.L. “Ave Maria”, de Campinas.
- Dec. 21590, de 23.7.52, à E.N.L. “Adventista”, da Capital.
- Dec. 21592, de 23.7.52, à E.N.L. “Assunção”, da Capital.

- Dec. 21622, de 7.8.52, à E.N.L. “Salette”, da Capital.
- Dec. 21627, de 7.8.52, à E.N.L. “Coração de Maria”, de Santos.
- Dec. 21628, de 7.8.52, à E.N.L. “Santana”, da Capital.
- Dec. 21669, de 21.8.52, à E.N.L. “Maria Imaculada”, da Capital.
- Dec. 21670, de 21.8.52, à E.N.L. “Progresso Campineiro”, de Campinas.
- Dec. 21691, de 4.9.52, à E.N.L. “São Paulo”, da Capital.
- Dec. 21698-A, de 11.9.52, à E.N.L. Baptista Brasileiro, na Capital.
- Dec. 21733, de 25.9.52, à E.N.L. “Campineira”, de Campinas.
- Dec. 21734, de 25.9.52, à E.N.L. “Ipiranga”, da Capital.
- Dec. 21769, de 9.10.52, à E.N.L. “Ateneu Paulista”, de Campinas.
- Dec. 21770, de 9.10.52, à E.N.L. “Cesário Mota”, de Campinas.
- Dec. 21903, de 4.12.52, à E.N.L. “Manoel da Nóbrega”, da Capital.

- 1953 — Dec. 22373, de 18.6.53, à E.N.L. “N.Sra.da Assunção”, de Piracicaba.
- Dec. 22444-C, de 2.7.53, à E.N.L. “Riachuelo”, da Capital.
- Dec. 22527, de 29.7.53, à E.N.L., “N.Sra. do Patrocínio”, de Itú.
- Dec. 22528, de 30.7.53, à E.N.L. “Campos Sales”, da Capital.
- Dec. 22571, de 6.8.53, à E.N.L. “Santa Escolástica”, de Sorocaba.
- Dec. 22572, de 6.8.53, à E.N.L. “Santa Marcelina”, de Botucatu.
- Dec. 22592, de 13.8.53, à E.N.L. de Ribeirão Preto.
- Dec. 22704, de 3.9.53, à E.N.L. “Associação de Ensino”, de Ribeirão Preto.
- Dec. 22705, de 3.9.53, à E.N.L. “Alem”, de Rio Claro.
- Dec. 22706, de 3.9.53, à E.N.L. “N.Sra.Auxiliadora”, de Ribeirão Preto.
- Dec. 22707, de 3.9.53, à E.N.L. “Ciências e Letras”, de Sorocaba.

- Dec. 22708, de 3.9.53, à E.N.L. “São José”, de Limeira.
 - Dec. 22752-C, de 25.9.53, à E.N.L. “Sagrado Coração de Jesus”, de Bragança Paulista.
 - Dec. 22752-D, de 25.9.53, à E.N.L. “Puríssimo Coração de Maria”, de Rio Claro.
 - Dec. 22902-D, de 27.11.53, à E.N.L. “N.Sra. do Amparo”, de Amparo.
 - Dec. 22902-E, de 27.11.53, à E.N.L. “Anjo da Guarda”, de Bebedouro.
- 1953 — Dec. 22902-F, de 27.11.53, à E.N.L. “Miss Martha Watts”, de Piracicaba.
- Dec. 22902, de 27.11.53, à E.N.L. “São Carlos”, de São Carlos.
 - Dec. 22902-H, de 27.11.53, à E.N.L. “Santo André”, de Jaboticabal.
 - Dec. 22902-I, de 27.11.53, à E.N.L. “Sedes Sapientiae”, de Avaré.
 - Dec. 22902-J, de 27.11.53, à E.N.L. “Progresso”, de Araraquara.
 - Dec. 22902-K, de 27.11.53, à E.N.L. “Dr. Getúlio Vargas”, de Sorocaba.
 - Dec. 22963-A, s/d., à E.N.L. “Imaculada Conceição”, de Moji Mirim.
- 1954 — Dec. 23036-C, de 14.1.54, à E.N.L. “Santo André”, de Santo André.
- Dec. 23102-M, de 3.2.54, à E.N.L. “Madre Hermeta”, de Laranjal Paulista.
 - Dec. 23102-N, de 3.2.54, à E.N.L. “São Vicente de Paula”, da Capital.
 - Dec. 24020, de 22.12.54, às EE.NN.LL. de Jardinópolis, Batatais, Jaú, Franca, Agudos e Ribeirão Preto.
- 1955 — Dec. 24334, de 11.2.55, à E.N.L. “N.Sra. de Lourdes”, de Franca.
- Dec. 24335, de 11.2.55, de 11.2.55, à E.N.L. “Maria Auxiliadora”, de Barretos.
 - Dec. 24336, de 11.2.55, à E.N.L. “Santo André”, de São José do Rio Preto.
 - Dec. 25118, de 18.11.55, à E.N.L. “Sagrado Coração de Jesus”, de Marília.
 - Dec. 25176, de 3.12.55, à E.N.L. “São José”, de Baurú.

— Dec. 25236-A, de 16.12.55, à E.N.L. de Catanduva.

*

CASSA EQUIPARAÇÃO CONCEDIDA:

1955 — Dec. 24445, de 25.3.55, à E.N.L. “D.Sinhá Junqueira”, de Ribeirão Preto.

1959 — Dec. 35227-B, de 14.7.59, à E.N.P. “São Paulo”, da Capital.

*

Dispõe sobre a EXTINÇÃO:

1955 — Dec. 24768, de 15-7-55, da E.N.L. de Ourinhos.

1956 — Dec. 25407, de 28.1.56, da E.N.M. de Rancharia.

— Dec. 25792, de 28.4.56, da E.N.M. de Cajurú.

— Dec. 25793, de 28.4.56, da E.N.M. de Votuporanga.

— Dec. 26758, de 9.11.56, da E.N.M. de São José do Rio Pardo.

— Dec. 26949, de 5.12.56, torna sem efeito o Dec. n.º 26758, de 9.11.56, que dispõe sobre a E.N.M. de São José do Rio Pardo.

1957 — Dec. 28674, de 14.6.57, da E.N.L. de Moji-Guaçu.

*

Autoriza a REABERTURA:

1961 — Dec. 38019, de 30.1.61, da E.N.P. da “Associação do Ensino”, de Ribeirão Preto.

— Dec. 38020, de 30.1.61, da E.N.M. de Santa Adélia.

*

CONCEDE O RECONHECIMENTO:

1957 — Dec. 30175, de 22.11.57, à E.N.P. “Duque de Caxias”, de Piquete.

— Dec. 30330, de 10.12.57, à E.N.P. “Nossa Senhora Aparecida”, de Araçatuba.

— Dec. 30466, de 30.12.57, à E.N.P. “Sagrada Família”, da Capital.

1958 — Dec. 30746, de 24.1.58, à E.N.P. “Instituto Americano”, em Lins.

— Dec. 30879, de 11.2.58, à E.N.P. “Coração de Maria”, de Perápolis.

— Dec. 31840, de 18.4.58, de 18.4.58, à E.N.P. “Patrocínio de São José”, de Lorena.

— Dec. 32721, de 16.6.58, à E.N.P. “Santo André”, de São João da Boa Vista.

— Dec. 32975, de 28.6.58, à E.N.P. “Sagrado Coração de Jesus”, em Cafelândia.

— Dec. 32976, de 28.6.58, à E.N.P. “Eduardo Prado”, da Capital.

- Dec. 32977, de 28.6.58, à E.N.Particular “N.Sra. Auxiliadora”, de Tupã.
- Dec. 33489, de 26.8.58, à E.N.P. “Santa Dorotéia”, da Capital.
- Dec. 33996, de 20.11.58, à E.N.P. “N.Sra. do Bom Conselho”, de Taubaté.
- Dec. 34124, de 3.12.58, à E.N.P. “N.Sra. da Conceição”, de Taquaritinga.
- Dec. 34125, de 3.12.58, à E.N.P. “Paulistana”, da Capital.
- Dec. 34129, de 3.12.58, à E.N.P. “Instituto Companhia de Maria”, de Santa Cruz do Rio Pardo.
- Dec. 34131, de 3.12.58, à E.N.M. “Prof. Homero Fortes”, de Cachoeira Paulista.
- Dec. 34135, de 3.12.58, à E.N.P. “Dr. Fernando de Magalhães”, de Marília.
- Dec. 34137, de 3.12.58, à E.N.P. “Guedes de Azevedo”, em Baurú.
- Dec. 34138, de 3.12.58, à E.N.M. de São José do Rio Pardo.
- Dec. 34139, de 3.12.58, à E.N.P. “Santa Maria”, de Assis.
- Dec. 34302, de 20.12.58, à E.N.P. “Jesus, Maria, José”, da Capital.

- 1959 — Dec. 34466, de 9.1.59, à E.N.P. “Jesus, Maria, José”, em Franca.
- Dec. 34467, de 9.1.59, à E.N.M. de Lençóis Paulista.
- Dec. 34468, de 9.1.59, à E.N.P. “Sacre Coeur de Marie”, da Capital.
- Dec. 34579, de 24.1.59, à E.N.P. “Prof. José Ranieiri”, em Baurú.
- Dec. 34672, de 20.2.59, à E.N.P. de Guararapes.
- Dec. 34673, de 20.2.59, à E.N.P. “São Paulo”, em Presidente Prudente.
- Dec. 35075, de 13.6.59, à E.N.P. “Instituto Noroeste”, de Biriguí.
- Dec. 35115, de 19.1.59, à E.N.P. “D.Pedro II”, em São José do Rio Preto.
- Dec. 35457, de 4.9.59, à E.N.P. “Imaculada Conceição”, de Ourinhos.
- Dec. 35458, de 4.9.59, à E.N.P. “Prudente de Moraes”, da Capital.
- Dec. 35537, de 23.9.59, à E.N.P. “Nossa Senhora da Conceição”, de Olímpia.

- Dec. 35584, de 5.10.59, à E.N.P. “N.Sra. do Calvário”, de Catanduva.
- Dec. 35585, de 5.10.59, à E.N.P. “São José”, de São Bernardo do Campo.
- Dec. 35586, de 5.10.59, à E.N.P. “Xavier”, de Promissão.
- Dec. 35587, de 5.10.59, à E.N.P. “Stella Maris”, na Capital.
- Dec. 35850, de 26.11.59, à E.N.P. “N.Sra. das Dores”, da Capital.
- Dec. 35910, de 5.12.59, à E.N.P. “Santa Terezinha do Menino Jesus”, da Capital.

- 1960 — Dec. 36131, de 5.1.60, à E.N.P. “dom Barreto”, de Campinas.
- Dec. 36186, de 27.1.60, à E.N.P. “São Miguel Arcanjo”, da Capital.
- Dec. 36187, de 27.1.60, à E.N.P. “Madre Clélia”, de Adamantina.
- Dec. 36230, de 9.2.60, à E.N.P. “N.Sra. Aparecida”, da Capital.
- Dec. 36231, de 9.2.60, à E.N.P. “Machado de Assis”, da Capital.
- Dec. 36232, de 9.2.60, à E.N.P. das Cônegas de Santo Agostinho, da Capital.
- Dec. 36233, de 9.2.60, à E.N.P. “N.Sra. do Sagrado Coração”, da Capital.
- Dec. 36234, de 9.2.60, à E.N.P. “Carolina Ribeiro”, da Capital.
- Dec. 36235, de 9.2.60, à E.N.P. “N.Sra. do Carmo”, de Guaratinguetá.
- Dec. 36236, de 9.2.60, à E.N.P. “Dolores Barreto Coelho”, de Taubaté.

- 1960 — Dec. 36237, de 9.2.60, à E.N.P. “São Bento”, de Araquara.
- Dec. 36238, de 9.2.60, à E.N.P. “Dr. João Ribeiro Conrado”, de Franca.
- Dec. 36239, de 9.2.60, à E.N.P. “Santo Antônio”, de Garça.
- Dec. 36305, de 23.2.60, à E.N.P. “Santo Antônio”, de Suzano.
- Dec. 36306, de 23.2.6, à E.N.M. de Regente Feijó.
- Dec. 36307, de 23.2.60, à E.N.P. “N.Sra. do Rosário”, na Capital.

- Dec. 37507, de 14.11.60, à E.N.P. “São Judas Tadeu”, da Capital.
- 1961 — Dec. 38147, de 6.3.61 à E.N.P. “Maria José”, da Capital.
- Dec. 38226, de 21.3.61, à E.N.P. “Sagrado Coração de Maria”, de Biriguí.
- Dec. 38340, de 17.4.61, à E.N.P. “N.Sra. da Misericórdia”, de Osasco.
- Dec. 38983, de 31.8.61, à E.N.P. “Coração de Jesus”, de Santo André.
- Dec. 38.86, de 31.8.61, à E.N.P. “N.Sra. de Lourdes”, do Ateneu Brasil, da Capital.
- Dec. 39085, de 19.9.61, à E.N.P. “Oswaldo Cruz”, da Capital.
- Dec. 39217, de 16.10.61, à E.N.P. “Padre Anchieta”, de Jundiá.
- Dec. 39367, de 20.11.61, à E.N.P. “Ciências e Letras”, da Capital.
- Dec. 39368, de 20.11.61, à E.N.M. de Santo Anastácio.

A Legislação de Ensino, aqui arrolada, associada à literatura pedagógica sobre o Ensino Normal em nosso Estado, fornecem dados excelentes ao pesquisador, e constituem, a meu ver, as fontes imprescindíveis para a elaboração da história da educação pau ista.

* *
*

INTERVENÇÃO.

Do Prof. *Oswaldo Martins Ravagnani* (FAFI. Araraquara. SP).

Indaga:

“Se a Autora em sua pesquisa irá se preocupar com o Curso de Pedagogia como possível exigência para o magistério de primeiro grau, e o que pensa dessa medida?”

* *
*

RESPOSTA DA PROFESSORA NILCE APARECIDA LODI.

Ao Prof. *Oswaldo Martins Ravagnani*.

Responde:

“Não pretendo aprofundar-me neste campo da História da Educação Brasileira, uma vez que, no momento, realizo estudos a respeito do *Subsídio Literário no Brasil e os Professores Régios*.”

Quanto à questão proposta, no meu entender, num futuro talvez próximo, no Estado de São Paulo será possível fixar a formação superior como exigência básica aos professores do ensino do primeiro grau. Consequentemente, tornar-se-á necessária a reformulação dos cursos de Educação atuais.”